

DOSSIER

O narcotráfico e a invenção eurocêntrica do Outro:
Uma leitura fronteiriça

Tiago Osito Linhar. Possui graduação em Letras - Espanhol pela Universidade Católica Dom Bosco (2008). Mestrado em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutorando em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro do Núcleo de Estudos Culturais Comparados (NECC). Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa; **PALÁCIOS NA FRONTEIRA DO MUNDO: as narrativas de uma política da criminalidade; sob orientação do Professor Dr. Edgar César Nolasco**

Historial editorial

Recepción: 15 de marzo de 2022

Revisión: 18 de abril de 2022

Aceptación: 12 de mayo de 2022

Publicación: 30 de junio de 2022

O narcotráfico e a invenção
eurocêntrica do Outro:
Uma leitura fronteiriça
*El narcotráfico y la invención
eurocéntrica del Otro:*
Una lectura fronteriza
Drug trafficking and the
eurocentric invention of the Other:
A frontier reading

Tiago Osito Linhar

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

tiagooliar@hotmail.com

RESUMO

Partindo da teorização da “crítica biográfica fronteiriça” (Nolasco, 2017), este artigo propõe uma leitura de como a anulação dos espaços foi importante para que a narrativa eurocêntrica (forjada na temporalidade) pudesse encobrir os meios pelos quais se consumou o projeto que transformou a Europa em “centro e fim da história universal” (Dussel, 2007). Para tanto, partiremos do lócus em que emerge o presente texto, ou seja, da fronteira Sul do Brasil. A fim de ilustrarmos a discussão, abordaremos as imagens de palácios que, na literatura e na filosofia, metaforizaram espaços geográficos. Trata-se do Palácio de Cristal de Londres, metáfora utilizada pela primeira vez por Dostoiévski e mais tarde retomada por Peter Sloterdijk. Em tal perspectiva, percebeu-se o Palácio de Cristal de Londres como uma representação da civilização europeia. Por outro lado, encontraremos semelhante metáfora no palácio/cartel da novela “Trabajos del reino” de Yuri Herrera que, segundo Romero (2015), pode ser lido como a representação de um espaço geográfico. O narcotráfico, por fim, será abordado como uma via de ascensão britânica que, após a narrativa da história universal, converteu-se em uma prática estigmatizada e inerente a outros povos que não os europeus.

Palavras chave: Palácios, narcotráfico, fronteira, América Latina

RESUMEN

132 Partiendo de la teorización de la “crítica biográfica fronteriza” (Nolasco, 2017), este artículo propone una lectura de cómo la anulación de los espacios fue importante para que la narrativa eurocéntrica (forjada en la temporalidad) pudiera abarcar los medios por los cuales fue consumado el proyecto que transformó a Europa en “centro y fin de la historia universal” (Dussel, 2007). Para ello, partiremos del locus donde emerge este texto, es decir, de la frontera sur de Brasil. Para ilustrar la discusión, nos acercaremos a las imágenes de palacios que, en la literatura y la filosofía, metafizaron espacios geográficos. Se trata del Palacio de Cristal de Londres, metáfora utilizada por primera vez por Dostoievski y luego retomada por Peter Sloterdijk. En tal perspectiva, el Palacio de Cristal de Londres se percibía como una representación de la civilización europea. Por otro lado, encontraremos una metáfora similar en el palacio/cártel de la novela “Trabajos del Reino” de Yuri Herrera, que, según Romero (2015), puede leerse como la representación de un espacio geográfico. Finalmente, se abordará el narcotráfico como una forma de ascensión británica que, tras la narración de la historia universal, se convirtió en una práctica estigmatizada inherente a pueblos distintos a los europeos.

Palabras clave: Palacios, narcotráfico, frontera, América Latina

ABSTRACT

Starting from the theorization of “border biographical criticism” (Nolasco, 2017), this article proposes a reading of how the annulment of spaces was important so that the Eurocentric narrative (forged in temporality) could cover the means by which the project was consummated. that transformed Europe into “the center and end of universal history” (Dussel, 2007). To do so, we will start from the place where the discourse of this text emerges, that is, from the southern border of Brazil. In order to illustrate the discussion, we will approach the images of palaces that, in literature and philosophy, metaphorized geographic spaces. This is the Crystal Palace in London, a metaphor used for the first time by Dostoevsky and later taken up again by Peter Sloterdijk. In such a perspective, the Crystal Palace in London was perceived as a representation of European civilization. On the other hand, we will find a similar metaphor in the palace/cartel of the novel “Trabajos del Reino” by Yuri Herrera, which, according to Romero (2015), can be read as the representation of a geographic space. Finally, drug trafficking will be approached as a way of British ascension that, after the narrative of universal history, became a stigmatized practice inherent to peoples other than Europeans.

Keywords: Palaces, drug trafficking, border, Latin America

[...] El dónde-nació es la predeterminación de toda otra determinación. Nacer entre los pigmeos del África o en un barrio de la Quinta Avenida de New York, es en verdad igualmente nacer. Pero es nacer en otro mundo, es nacer especialmente en un mundo que predetermina como pasado, y por ello determina, nunca absolutamente pero es suficiente que determine radicalmente, la implantación del proyecto futuro. El que nació entre los pigmeos tendrá el proyecto de ser un gran cazador de animales; el que nació en New York forjará el proyecto de ser un gran banquero, es decir, cazador de hombres (Dussel, 1996, p.39-40).

I. INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, o que está prestes a ser lido nestas linhas são enunciados de um latino americano que balbucia¹ da fronteira sul do Brasil. Em outras palavras, não formulei um discurso com pretensões modernas e nem do norte da Europa; tampouco de algum importante centro acadêmico estadunidense. Enuncio-me, de modo quase inaudível, a partir da América do Sul. E se o lugar de origem, desde os idos de Parmênides, determina o ser, nascer é, portanto, correr um risco. Nasci em Sidrolândia² e por definição “histórica”³, sou um sujeito de natureza fronteiriça. No entanto, escrevo este texto ainda para o ser, considerando que nem a definição me é garantida. Retomando a epígrafe acima, o simples ato de nascer já é, por si só, uma “predeterminação de toda determinação”. Sendo assim, tomo-me por um sujeito que não pôde escapar a um destino traçado pelos infortúnios do espaço e da origem.

Se, há muito, o mundo só é mundo depois de midiaticizado, o pouco de mundo que atrai a atenção midiática ao meu lugar de origem está atrelado ao contrabando e ao tráfico de drogas. Sidrolândia – ou para ser mais exato, a rodovia que atravessa o município de Sidrolândia – emerge do subsolo rumo à existência em breves ocasiões, apenas para transformar-se, por quase incontáveis segundos, em uma das principais rotas da entrada no Brasil de drogas ilícitas vindas do Paraguai. Por força de uma lógica universalizante, é esse o imaginário convertido em memória que delega um pouco de mundo ao meu espaço de origem.

De um modo geral, a América Latina talvez seja isso, o ambiente em que se “possibilita projetar ou *inventar memórias*, possibilita

1. Referência ao conceito de balbucio teórico de Hugo Achugar.

2. Localizada no interior de Mato Grosso do Sul, Sidrolândia compreende uma distância de pouco mais de 200 quilômetros da fronteira do Brasil com o Paraguai. Desse modo, torna-se uma das principais rotas de entrada de drogas no Brasil.

3. Refiro-me à história universal.

construir passados ou apagar histórias”.⁴ Nesse sentido, a fim de sustentar o imaginário de que a criminalidade é um fenômeno inerente a sujeitos como eu, o colombiano Omar Rincón escreve: “Todos temos um pouco de tráfico dentro de nós”. E no texto que leva este título, o autor reitera que “[...] chegamos ao século XXI e nos encontramos integrados como latino-americanos através do narcotráfico” (Rincón. 2013, p. 194).

Aí está a força de um imaginário sobrepondo-se à memória. Ou ainda, aí está uma retórica negativa atualizada para o “não-ser”⁵ de nossos tempos. O termo *traficante*, no Brasil de hoje, é a palavra de ordem que justifica e legitima segregações sociais e chacinas genocidas, principalmente contra os jovens pretos pelas periferias brasileiras. Alcinha que também é de grande validade para justificar a segregação, em forma de cárcere, para todos os indesejáveis que pairam sobre a linha da fronteira.

134

II. GEOGRAFIAS PALACIANAS

Avançando a perspectiva, leio o narcotráfico nas linhas de Yuri Herrera. Desse modo, parece-me apropriado transformar o repudiado sentido de *narcomundo* em algo mais simpático a um espaço fabuloso, ao modo de um palácio/cartel. Na novela *Trabajos del reino* (2004), o lugar da criminalidade denota, em tons de fábula, uma percepção do narcotráfico com o aspecto nobre que faltava à nossa autoestima. Se para um imaginário homogêneo que forja identidades outras somos “integrados como latino-americanos através do narcotráfico”, que sejamos pelo crivo de *Trabajos del reino*. Na novela, o traficante é um Rey que, de certo modo, reordena os *espacios perdidos*. Nesse sentido, é do mais baixo que se erige um palácio: “[...] era um depósito de lixo, uma

4. Achugar, *Planeta sem boca*, p. 32, grifos meus

5. Para Dussel a Modernidade apropriou-se da ideia de Parmênides a qual define que o *ser* é, e o *não-ser*, não é: “El ser llega hasta las fronteras de la helenicidad. Más allá, más allá del horizonte, está el no-ser, el bárbaro, Europa y Asia. Es en la política, la de Platón, Aristóteles, Epicuro y los estoicos, donde se descubre el sentido de la ontología. [...] Desde los pobres colonos que como Heráclito enunciaban que el ser es como el *lógos* que, como el muro, defiende la ciudad (de los bárbaros), hasta el cosmopolitismo alejandrino o romano en el que se *confunde la ciudad con el cosmos*; es decir, se diviniza la ciudad grecoromana y se le identifica con la naturaleza misma. La ontología termina así por afirmar que el ser, lo divino, lo político y lo eterno son “una y la misma cosa”. *Identidad del poder y la dominación, el centro, sobre las colonias de otras culturas*, sobre los esclavos de otras razas. El centro es; la periferia no es. Donde reina el ser, reinan y controlan los ejércitos del César, del emperador. El ser es; es lo que se ve y se controla”. (Isso, para Dussel, é o que volta a ser pensado pela modernidade, ou seja, “el ser-humano es propiamente blanco”). Dussel, *Filosofía de la liberación*, p. 17, grifos meus.

armadilha para infecções e resíduos. Quem iria suspeitar que se tornaria um farol. [...] o palácio rebentava num confin do deserto em uma soberba de muralhas, grades e vastos jardins” (Herrera. 2010, p. 20)⁶.

A novela, portanto, é ambientada em um palácio na fronteira do mundo, “uma cidade com lustres à margem de outra cidade”, em uma palavra, no *submundo* do mundo oficial. Em sua essência, o lugar “Era como siempre se había imaginado los palacios. Sostenido en columnas, con estatuas y pinturas en cada habitación, sofás cubiertos de pieles, picaportes dorados, un techo que no podía rozarse” (Herrera. 2010, p.19). Levando em conta a descrição arquitetônica, não é senão deste espaço ressignificado (de baixo para cima) que exala a promessa de dignidade e prosperidade aos que foram anulados pelo curso da “história universal”⁷, ou seja, os indivíduos que, como eu, carregam no corpo a conotação de um sujeito fronteira. O palácio é, portanto, o lugar em que “as pessoas que entravam e saíam, lançavam os ombros para trás com a mesma vaidade de quem pertence a um domínio próspero” (Herrera. 2010, p.20)⁸. Enredo à parte, da narrativa o que me interessa é o palácio, o qual entrega uma espécie de virtude *outra* à dimensão espacial da América Latina.

Em uma perspectiva que entusiasma o meu discurso, Luz Mireya Romero Montaña percebe o palácio de *Trabajos del reino* como a representação de um espaço geográfico:

Embora a economia do narcotráfico flua em espaços abertos, isso não é impedimento para a formação de novas comunidades fechadas que se constituem como o espaço geográfico [...]. Na novela *Los Trabajos del Reino*, dito espaço geográfico é representado pelo palácio [...] (Romero. 2015, p.235), grifos meus⁹.

Portanto, simpatizo-me com a ideia de que “o espaço geográfico” – aquele que condiz com o *imaginário* que se projeta desde o centro *sobre* a América Latina – possa ser percebido como um exuberante palácio/cartel.

6. “[...] era un basural, una trampa de infección y desperdicios. Qué iba sospechar que se convertiría en un faro [...] el Palacio reventaba un confin del desierto en una soberbia de murallas, rejas y jardines vastísimos (Herrera. 2010, p. 20).

7. Projeto consumado por Hegel cuja intenção, segundo Enrique Dussel (2007), fora transformar o Norte da Europa (coração da Europa) em fim e centro da história universal.

8. “[...] la gente que entraba y salía echaba los hombros para atrás con empaque de pertenecer a un dominio próspero (Herrera. 2010, p.20).

9. Si bien la economía del narcotráfico fluye en espacios abiertos, ello no es impedimento para la formación de nuevas comunidades cerradas que se constituyen como el espacio geográfico [...]. En la novela *Los Trabajos del Reino*, dicho espacio geográfico lo representa el palacio, [...] (Romero. 2015, p.235), tradução minha.

Aproprio-me dessa representação geográfica menos por convicção e mais como resposta a uma concepção dualista e eurocêntrica que categorizou a humanidade dividindo-a entre o centro e a periferia. Todavia, na perspectiva que abordo, o palácio de *Trabajos del reino* remete à ideia de inversão da lógica espacial, onde a margem da margem converte-se em uma espécie de centro promissor. Por esse motivo o elejo como a representação de um percurso que traça o caminho inverso daquele que fora traçado para que a “civilização” ocidental chegasse a ser um Palácio de Cristal¹⁰.

As aproximações que foram articuladas – tanto no âmbito da literatura, quanto no da filosofia – entre um palácio (o mundo compacto) e os espaços geográficos, sintetizam geopolíticas que bifurcam destinos humanos. As quais, metaforicamente, determinam por quem o palácio/cartel ou o palácio de cristal serão ocupados. Isso tudo sob as rédeas da natureza dualista que levou adiante a configuração humana entre o “ser” e o “não-ser”.

136

Ainda que o palácio/cartel seja retratado única e exclusivamente na ficção, interliga-se ao outro, o “real”, menos pelo efeito literário¹¹ e mais pelo narcotráfico. Se o primeiro é a morada de um Rei narcotraficante; o Palácio de Cristal é “real” não por abrigar a realeza, mas no sentido de outrora ter sido parte ostensiva de uma versão ludibriosa da realidade. Contudo, para que tal monumento¹² vingasse como um símbolo da virtude europeia – e não como a consequência do tráfico do ópio que era roubado na Índia e vendido na China¹³ – arquivou-se memórias e outras verdades *sob* os seus alicerces. Não por menos, o Palácio de Cristal cumpre, no presente texto, a sina de metaforizar a ascensão do norte da Europa e, por consequência, o ponto de partida da história (dita) universal.

10. Na esteira de Dostoiévski, Peter Sloterdijk afirma que: “encontra-se uma formulação que resume com uma força metafórica sem igual [...] segundo a qual a civilização ocidental é um ‘palácio de cristal’” (Sloterdijk. 2008, p.184).

11. O Palácio de Cristal como uma metáfora da civilização ocidental e da globalização foi utilizado pela primeira vez na novela “Notas do Subterrâneo” de Dostoiévski (1864).

12. Quizá el signo definitivo de la soberbia británica podamos encontrarlo en la organización de la Gran Exposición de 1851, que proclamó ante el mundo la supremacía industrial británica. Se celebró en el Palacio de Cristal de Paxton, supuestamente hecho de vidrio y sustentado por grandes estructuras de hierro y acero. (Hobson. 2006, p.290).

13. Es sabido que China era absolutamente autosuficiente; no necesitaba comprar producto alguno a Europa hasta comenzado el siglo XIX. Ésta es la razón de que el Reino Unido declare la “Guerra del opio” (1840-1842), para obligarla a comprar algo: el opio que Inglaterra obtenía en la India con violencia, y que por motivos éticos la China no deseaba adquirir ni distribuir en su territorio (pero que la inmoralidad inglesa obligó a adquirir) [...] ;El colonialismo europeo estuvo reñido con todos los principios éticos! (DUSSEL. 2007, p.285).

III. O PALÁCIO DE CRISTAL E A CONCEPÇÃO EUROCÊNTRICA DO MUNDO

Não por acaso a afirmativa eurocêntrica de Rincón¹⁴, exposta em alguma página acima, diz mais *sobre* a forma como a Europa começou a produzir o *outro*, do que a percepção de um latino-americano que fala *a partir da* própria América Latina. Ainda assim, a afirmativa me recobra consciência, não a de existir, mas antes, a de ser o produto fictício de invenções ocidentais que começaram a tomar proporção, justamente, no momento em que o narcotráfico favorecia a balança comercial da Grã Bretanha.

De modo similar, Walter Mignolo traduz a questão, ainda que em outra circunstância, quando afirma que “se toma consciência de ser negro, não pela cor da pele, mas sim por causa do *imaginário* racial do mundo colonial moderno[...]” (Mignolo. 2015, p.182)¹⁵. Circunstâncias à parte, efeitos com fins classificatórios. Talvez os chineses – antes de mais nada, vítimas do narcotráfico britânico¹⁶ – foram os povos pioneiros, por força do emergente discurso racista do imperialismo, a terem sua imagem atrelada ao consumo de droga. Os ingleses, “fazendo alarde de uma ironia obscena”, como bem observou Martin Bernal (1993), culpavam a China especialmente de consumir o ópio que eles próprios (os ingleses) vendiam.

137

É preciso, portanto, retroceder em muito os liames do Palácio de Cristal para dessincronizar as engrenagens propulsoras da maquinaria moderna. Refiro-me ao *imaginário* e a *identidade da cristandade*. E para ficar no âmbito das imagens, acomodo os referidos conceitos à dinâmica imagética da industrialização.

Identificar-me com o *imaginário* do narcotráfico (como o quis Omar Rincón) para me localizar no tempo da história universal é apenas um ponto de referência para a minha discussão. Ainda assim, ambiciono que o discurso, o qual eu habito, assemelhe-se ao palácio/cartel da novela *Trabajos del reino*. Ressignificar, pois, espaços (periféricos) abandonados às ruínas, edificando em seu lugar um farol, um palácio que rebenta na fronteira do mundo, é parte da cobiçada arquitetônica de uma *contra-narrativa* a qual começa a ganhar formas.

14. “chegamos ao século XXI e nos encontramos integrados como latino-americanos através do narcotráfico”.

15. [...] se toma conciencia de ser negro, no por el color de la piel, sino a causa del imaginario racial del mundo colonial moderno [...] (MIGNOLO. 2015, p.182).

16. “Além do impacto deletério sobre o tecido social, com o número crescente de viciados, o comércio de ópio tinha efeitos extremamente destrutivos sobre a economia política chinesa” (ARRIGHI. 2008, p.345).

No entanto, para destruir o imaginário do desprezível é necessário implodir a narrativa da modernidade. Para este fim, trago à baila não os elementos que figuram na memória, mas aqueles que habitam o esquecimento.

É possível constatar hoje que o engenho europeu da Revolução Industrial, em muitos aspectos, não passou de um mito. Contudo, existiu sim uma grande engenharia, porém, na edificação da narrativa da história universal e no discurso imperialista, erigidos em concomitância com a aclamada Revolução tecnológica. Houve, portanto, um maior empenho (da parte dos europeus) em reconstruir a história do que em elaborar muitos dos inventos que a mesma história atribuiu ao gênio europeu.

Para cada “surrupio epistêmico”, ergueu-se uma espécie de baluarte narrativo incumbido em defender a legitimidade dos povos “eleitos”¹⁷ e recriminar, por sua vez, aqueles que seriam suas vítimas. A concretude de toda a narrativa eurocêntrica, o seu espaço simbólico, conglomerou-se na imagem do Palácio de Cristal. Para fazer justiça à simbologia, o palácio, “supostamente” feito de ferro e vidro, não foi menos ludibrioso do que os artefatos da narrativa a qual o monumento simbolizou:

Talvez o signo definitivo da soberba britânica [e europeia] possa ser encontrado na organização da Grande Exposição de 1851, que proclamou ante o mundo a supremacia industrial britânica. Foi realizado no Palácio de Cristal de Paxton, supostamente feito de vidro e sustentado por grandes estruturas de ferro e aço. Mas o que habitualmente não é dito é que os arcos mais longos de Paxton, os arcos do transepto de 22 metros de comprimento, eram feitos de abeto Memel laminado. Naquela estufa, *aparentemente* feita de ferro e cristal, havia mais de 300 quilômetros de pátios de janelas e mais de 50 quilômetros de calhas, todos feitos de madeira (Hobson. 2006, p.190), grifo meu.¹⁸

17. “La calificación de ‘pueblo elegido’, el escogido de Dios, que europeos y americanos se han otorgado a sí mismos considerándose herederos del antiguo Israel, a través del vínculo entre puritanismo y capitalismo en las primeras fases del desarrollo tecnológico occidental, causa aún muchos estragos en el mundo” (Needham. 1975, p.105).

18. Quizá el signo definitivo de la soberbia británica podamos encontrarlo en la organización de la Gran Exposición de 1851, que proclamo ante el mundo la supremacía industrial británica. Se celebro en el Palacio de Cristal de Paxton, supuestamente hecho de vidrio y sustentado por grandes estructuras de hierro y acero. Pero lo que habitualmente no se dice es que ‘los arcos más largos de Paxton, los arcos del crucero de 22 metros de longitud, estaban hechos de laminado de abeto de Memel. En aquel invernadero hecho aparentemente de hierro y cristal había más de 300 kilómetros de vergas de ventana y más de 50 kilómetros de canalones, todo ello de madera’. (Hobson. 2006, p.190).

Que o Palácio de Cristal fora inaugurado em 1851 na Grande Exposição de Londres, pouco me importa. O que importa é o que veio antes e depois da Exposição e do Palácio. Interessa-me, sobretudo, sustentar que somente traficando ópio para China, a Grã Bretanha pôde forçar a abertura do mercado chinês para o ocidente. Feito que possibilitou aos britânicos superarem seu déficit comercial com relação à China.

O Palácio de Cristal é, por suas proporções espaciais, o meu ponto de referência para entabular a discussão em um espaço que simboliza o tempo da história universal. Nesse sentido, ao conduzir a discussão para dentro da concepção conceitual dos *espaços*, intenciono desajustar a diacronia, cuja projeção incumbiu-se de legitimar a falaciosa superioridade britânica. A qual serviu, antes de tudo, para inventar e projetar o imaginário da “inferioridade” de outros povos.

IV. A ASCENSÃO BRITÂNICA PELAS VIAS DO NARCOTRÁFICO

Partindo do conceito de *espaços perdidos*, suponho necessário resgatar do esquecimento universal, o fato de que mesmo na primeira fase da Revolução Industrial (até bem entrado o século XIX), a Inglaterra não tinha nada para vender em grande escala para a China. O país europeu, pelo contrário, ainda era naquele período um forte dependente da indústria chinesa. De modo bastante contundente Joseph Needham corrobora que:

Hasta comienzos del siglo XIX los chinos no necesitaban prácticamente nada de lo que producía Europa, y Europa enviaba misiones de investigación, bien avanzada la mitad del siglo, para hallar los secretos de las industrias tradicionales chinas (cerámica, textiles, tintes, té, laca etc.) (Needham. 1975, p.13).

Sendo assim, em contraposição ao que nos ensinam em história, não foram exatamente os produtos industrializados na Grã Bretanha que de pronto invadiram o maior mercado do mundo daquele então (o mercado chinês).

Entretanto, embora a Grã Bretanha produzisse mercadorias baratas:

[...] os mercadores e os produtores britânicos tiveram dificuldade para vencer os colegas chineses na base da concorrência. A partir da década de 1830, a importação de tecidos de algodão da Grã Bretanha devastou alguns setores e regiões da economia chinesa. Mas no mercado rural o tecido de algodão britânico nunca conseguiu competir com o tecido chinês, mais forte. [...] As empresas ocidentais que instalaram unidades de produção na China jamais conseguiram penetrar de fato no vasto interior do país [...] (Arrighi. 2008, p.343).

Foi somente com o ópio obtido com violência na Índia e traficado para a China que a Grã Bretanha teve um produto o qual, de uma vez por todas, revertera esse quadro. Giovanni Arrighi, na esteira de Joseph Esherick, sustenta que: “Durante a primeira metade do século XIX, [...], o ópio foi ‘a única via de entrada factível do Ocidente no mercado da China’” (Arrighi. 2008, p.344). É nesse sentido que a nascente economia do país europeu foi viabilizada pelo tráfico de droga. Uma articulação ilegal assegurada pelo poderio militar britânico e todo o aparato de uma pseudo legalidade.

Não por menos, o único grande cartel de droga que pôde, efetivamente, representar a economia de todo o seu espaço geográfico se deu com a ascendente Grã Bretanha (com o auxílio da França). Nas palavras de John Hobson:

140

[...] os britânicos estavam ansiosos para superar o inveterado déficit comercial com os chineses que havia permitido a constante saída de ouro e prata da Grã Bretanha. [...] *a arma mais importante que permitiu aos britânicos inverter seu déficit comercial foi a exportação de ópio para a China.* Depois de se apoiar no ópio turco desde finais do século XVIII, os britânicos reorganizaram algumas regiões da Índia como fonte de aprovisionamento de ópio. Esta decisão resultou especialmente útil, pois os consumidores chineses preferiam o ópio indiano ao turco. Em 1828 o ópio compreendia 55% das exportações britânicas para a China (ainda que o estado chinês proibiu oficialmente seu consumo). E quando, como é lógico, o comissário Lin tentou frear o tráfico de drogas em 1839, os britânicos utilizaram esta medida como pretexto para desencadear as guerras do ópio. Por estas vias tão distorcidas os britânicos lograram inverter seu histórico déficit comercial com a China. Pois o fato é que só mediante a introdução de drogas na China (com apoio do poderio militar britânico) e o consumo de chá indiano na Inglaterra, pôde inverter o fluxo de metais preciosos da China (Hobson. 2006, p.361).

O narcotráfico foi determinante para que a Grã Bretanha desbancasse um país autossuficiente e tecnologicamente desenvolvido como era a China até aquele marco. Sem a droga e sem a guerra para defender o seu tráfico de droga, a Grã Bretanha jamais recuperaria o tesouro, espoliado nas Américas, que transformou alguns países europeus em principais consumidores no mercado chinês. Nesse sentido,

Como resultado da exportação altamente competitiva de seda, porcelana e chá e da demanda de prata que levou o preço do metal ao dobro do nível predominante em outras regiões do mundo, do século XVI até boa parte do século XVIII, mais de três quartos da prata do ‘Novo Mundo’ acabou desembarcando na China (Arrighi. 2008, p.342).

As nações europeias só conseguiram entrar, antes do ópio, no mercado chinês como consumidoras, graças ao ouro e, em maior medida, à prata obtidos através de pilhagens, principalmente, de Zacatecas e Potosí.

Não por menos, é questionável os méritos de civilização e virtude que atribuíram valores identitários, principalmente, à Grã Bretanha. Se por um lado, o narcotráfico abriu o sendeiro, o único possível, para que o país europeu penetrasse o interior do mercado chinês. Por outro, havia uma corrida armamentista instaurada na Europa (por ocasião das guerras Napoleônicas), promovendo avanços sem precedentes nesse setor industrial. Um fator que desembocou na alta tecnologia da destruição, permitindo aos britânicos defenderem seus interesses. Entre eles, suas ações de domínio imperialista (como com a Índia), a prática do comércio ilegal de droga e outras interpretações de certo e errado que mais tarde ganhou o caráter (benéfica) de uma missão civilizadora, encomendada diretamente por Deus.

Como mencionado acima, a “industrialização da guerra” foi impulsionada pelas Guerras Napoleônicas, as quais viabilizaram inovações importantes como, por exemplo, o aprimoramento dos motores a vapor. Na década de 1840, esse gênero de industrialização se transformou em uma disputa entre a França e a Grã Bretanha:

[...] quando a marinha francesa adotou vapores blindados com canhões de grosso calibre que tornaram irremediavelmente obsoletos os navios de guerra de madeira. Quando a marinha francesa lançou ao mar vapores blindados cada vez mais sofisticados, a marinha britânica não teve escolha senão imitá-la [...] (McNeill *Apud* Arrighi. 2008, p.277).

Por consequência dessa disputa interna, na circunstância em que eclodiu a guerra pela qual a Grã Bretanha defendeu seu tráfico de droga, “a China não tinha como responder ao navio de guerra a vapor que num só dia, em fevereiro de 1841, destruiu nove juncos de guerra, cinco fortes, dois postos militares e uma bateria costeira” (Arrighi. 2008, p.). E em nome do narcotráfico viera outra guerra na sequência, a qual foi novamente desastrosa para a China. Desse modo: “o governo chinês concordou em abrir os portos aos comerciantes britânicos de ópio, não o fez para optar entre o certo e o errado; a opção era entre a sobrevivência e a destruição” (McNeill *Apud* Arrighi. 2008, p.347).

V. OS ATALHOS RUMO À ASCENSÃO

Quando a “industrialização da guerra” e o capitalismo, somados ao racismo (fator que legitimou o domínio de outros povos) confluíram na mesma direção: “[...] a Europa lançou-se num círculo de auto-fortalecimento, em que a organização militar sustentava a expansão econômica e política à custa de outros povos e instituições políticas da Terra e era por ela sustentada” (McNeill *Apud* Arrighi. 2008, p. 275). Assim, imbuída em seu entendimento racista do mundo (impresso na crença

de que era legítimo explorar outros povos), a Grã Bretanha inaugurou o mecanismo de dominação que funde o imperialismo com o capitalismo:

[...] o Reino Unido surgiu como novo líder da acumulação interminável de capital e poder por meio da fusão completa do capitalismo com o imperialismo. [...] Nesse aspecto, foi herdeiro da tradição capitalista iniciada [na Europa] pelos genoveses no ‘longo’ século XVI e ainda mais desenvolvida pelos holandeses no ‘longo’ século XVII. Entretanto, em outros aspectos o Reino Unido também foi herdeiro da tradição imperialista iniciada pelos parceiros ibéricos dos genoveses [...] (Arrighi. 2008, p.250).

142 Em termos de domínio hegemônico, Arrighi explica que “[...] a força militar foi a chave para a sujeição da Ásia oriental ao Ocidente. Mais ainda, seu uso foi resultado direto da *incapacidade dos mercadores britânicos* de penetrar por meios legais no mercado chinês” (Arrighi. 2008, p.344). Ainda que o autor explique a dominação hegemônica pelo fator da “industrialização de guerra”, estou em maior conformidade com o pressuposto de John Hobson. Pois, para Hobson o racismo foi e é o elemento determinante para exercer o domínio (nos moldes do imperialismo europeu e estadunidense) sobre outros povos.

Por sua vez, assim como a “incapacidade dos mercadores britânicos” em adentrar pelas vias legais o interior do mercado chinês, também o desmedido atraso dos povos europeus com relação ao oriente (até inícios do século XIX), foram reparados pelo fogo e pelo ódio. Por intermédio de toda sorte de questionáveis atalhos como roubos, violência, tráfico (de droga e escravos), surripio epistêmico e do saber tirar proveitos, os europeus vieram a ser.

Para Hobson, a Europa não fez outra coisa senão: “encurtar a distância com relação às potências orientais mais adiantadas. Este trabalho se viu facilitado ao mesmo tempo pela apropriação imperial do ouro e da prata ‘não europeus’ e a assimilação das ‘carteiras de recursos’ orientais” (Hobson. 2006, p.258)¹⁹. Portanto, não foi por um caminho natural de desenvolvimento, tampouco pela suposta genialidade inerente ao povo “eleito”, mas sim, foi abrindo duvidosas veredas rumo à expansão que a Grã Bretanha se tornou no equivocado imaginário universal, “um ponto de chegada e de guia para o futuro” (Mignolo, 2015). A ideia de triunfo, portanto, foi construída pela narrativa da história oficial de modo a dissimular e distorcer os acontecimentos reais.

Não obstante, não é nenhuma novidade assinalar os desqua-

19. [...] lo único que hizo Europa fue acortar distancias respecto a las potencias orientales más adelantadas. Esta labor se vio facilitada al mismo tiempo por la apropiación imperial del oro y la plata “no europeos” y la asimilación de las “carteras de recursos” orientales (HOBSON. 2006, p.258).

lificados meios da evolução europeia. Tampouco causa surpresa a afirmativa de que o ópio foi o primeiro e o principal produto no trâmite dos interesses mercantis da Grã Bretanha. O que se costuma omitir com maior veemência é o fato de a China ter se industrializado – nas proporções da primeira fase industrial britânica – pelo menos seiscentos anos antes que a Inglaterra. Eis que a história universal, absorta em um vácuo da realidade, foi incapaz de memorar os avanços tecnológicos chineses. Nesse sentido, “a China experimentou [...] o ‘primeiro milagre industrial’, em virtude do qual muitas das características que associamos com a revolução industrial britânica do século XVIII apareceram no ano 1100” (Hobson. 2006, p.82). Em suma, um elemento da história que colocaria por terra o brio palaciano da virtude de toda uma civilização que se sustentou, como a única civilização possível, nos alicerces de sua própria narrativa.

VI. NARRATIVAS EUROCÊNTRICAS

143

Na epiderme da narrativa eurocêntrica tudo foi Revolução Industrial, a virtude do trabalho (do branco) sobrepondo-se às virtudes *outras*. No entanto, a industrialização britânica consistiu menos em trabalhar o ferro e o aço do que em forjar narrativas e fabricar o *outro* das dimensões periféricas. Sujeitos que como eu foram lançados à margem cada vez que se celebrou a lógica ocidental de civilização e progresso.

A industrialização britânica, nas palavras de Enrique Dussel, “permitiu que a Europa experimentasse pela primeira vez ser o ‘centro’ da história planetária. Coisa que nunca havia sido!” (Dussel. 2007, p.280)²⁰. Em síntese, não foi senão o sentimento de prepotência, provocado pela industrialização e pulsado em todo o “coração da Europa”, que permitiu à Hegel (desde a Alemanha) “reconstruir a história mundial” (Dussel, 2007). A “Ideia universal” pensada por Hegel – a qual liberta-se do despotismo –, é medida em fases temporais, a mesma lógica ocidental que atribui ao avanço da idade um sinônimo de experiência.

Portanto, no sentido hegeliano, a evolução humana vai do Oriente (infância da humanidade) até o Ocidente (a maturidade humana). Bernal esquematiza este raciocínio da seguinte forma:

Segundo Hegel, do mesmo modo que o Sol corre do oriente para o ocidente, o *Estado* ou Ideia Universal vai passando do “despotismo teocrático”, intuitivo, da Mongólia e da China, à “aristocracia teocrática” da Índia, e à “monarquia teocrática” da Pérsia; Egito, por sua vez, consistiria em um ponto de transição entre Oriente e Ocidente. Todos estes estágios correspondem à primeira fase da humanidade, à que Hegel compara com a infância.

20. [...] permitió a Europa experimentar por vez primera ser el “centro” de la historia planetaria. ¡Nunca lo había sido! [...] (Dussel. 2007, p.280).

A segunda fase, a adolescência da humanidade, é a da Grécia, quando pela primeira vez se produz uma liberdade ética. A terceira é a de Roma e o ponto final o mundo germânico (Bernal. 1993, p.242)²¹.

O mundo germânico, ou mesmo o norte da Europa, converteu-se, assim, em centro e fim da história universal, o último estágio da evolução humana.

Este modelo, fundado em linha *temporal* evolutiva, foi *imaginado* e reproduzido como uma verdade universal, a qual serviria apenas para justificar o imaginário dos autodefinidos povos eleitos. Para Dussel:

144

Esta posição eurocêntrica que se formula pela primeira vez no final do século XVIII, com os ‘românticos’ alemães e o ‘Iluminismo’ francês e inglês, interpretou toda a história mundial, projetando até o passado a Europa como ‘centro’ e tentando demonstrar que tudo foi preparado na história universal para que dita Europa fosse, nas palavras de Hegel, ‘o fim e o centro da história mundial’. Foi com os ‘enciclopedistas’ quando se produziu pela primeira vez esse tipo de distorção da história (L’Esprit des lois de Montesquieu é um bom exemplo). O mesmo sucedeu com os ‘iluministas’ ingleses, e na Alemanha com Kant e finalmente com Hegel, para os quais o ‘oriental’ era a infância [...] da humanidade, e o lugar do despotismo e a não-liberdade, desde onde posteriormente o Espírito (o *Volksgeist*) remontará até o oeste, como num caminho até a plena realização da liberdade e a civilização Europeia seria desde sempre eleita pelo Destino para encerrar em seu seio o sentido final da história universal (Dussel. 2007, p.143).

A suposta “revolução industrial” britânica deu margem a tal acrobacia pseudo-científica em história. Desse modo, é razoável intuir que a atmosfera fabril invadiu também o campo das narrativas. Consumando-se, assim, com a última palavra de Hegel dentro do projeto universal.

VII. A INVENÇÃO EUROCÊNTRICA DA CHINA

Não deixa de ser embaraçosa a relação (racista) de inferioridade e superioridade empreendida pelo ocidente com relação ao oriente, iniciada em certo momento do século XIX. Pois, curiosamente, o ocidente nutria grande admiração pelas tendências advindas do oriente,

21. Según Hegel, del mismo modo que el Sol corre de oriente a occidente, el Estado o Idea Universal va pasando del “despotismo teocrático”, intuitivo, de Mongolia y China, a la “aristocracia teocrática” de la India, y a la “monarquía teocrática” de Persia; Egipto, por su parte, consistiría un punto de transición entre Oriente y Occidente. Todos estos estadios corresponden a la primera fase de la humanidad, a la que Hegel compara con la infancia. La segunda fase, la adolescencia de la humanidad, es la de Grecia, cuando por primera vez se produce una libertad ética. La tercera es la de Roma y el punto final lo pone el mundo germánico (Bernal. 1993, p.242).

sobretudo, da China. Esteve em voga na Europa, até o ano de 1780, a tendência da *chinoiserie*. Pois, “os britânicos desenvolveram um gosto generalizado pelas *chinoiseries*, que iam desde o consumo de chá aos papeis de parede, os jardins anglo-chineses ou as ideias sobre economia política” (Hobson. 2006, p.264). No campo da economia política, por sua vez, os fisiocratas franceses (corrente de pensamento encabeçada por François Quesnay) foram grandemente influenciados pelo pensamento político chinês, ou melhor, confuciano. Em resumo, os pensadores europeus atribuíram, do século XVII até mais ou menos 1780, grande importância à China, “Voltaire [por exemplo] se opôs à Bossuet por não falar da China em seu livro de história universal” (Bernal *Apud* Hobson. 2006, p.266).

O que produziu, contudo, essa viragem no pensamento europeu, acarretando em um profundo desprezo pelos povos orientais, foi a consumação do “racismo implícito”. Nas palavras de Hobson,

[...] foi paradoxalmente na época do progresso e do Iluminismo quando apareceu definitivamente o racismo implícito. Mas como também assinala Thierry Rentsch, considerar o Iluminismo uma época em que os pensadores começaram a construir abertamente uma cosmovisão marcada pelo racismo implícito é demasiado simplista. Ante tudo, foi um processo subconsciente. Por outra parte, o Iluminismo foi “esquizofrênico”. Pois, seu maior paradoxo foi que, si bem tomou emprestado e assimilou ideias orientais (principalmente chinesas), [...], essas mesmas ideias foram elaboradas para formar um corpus de conhecimentos que imaginava o Oriente como um mundo incivilizado e que, por sua vez, daria lugar à missão civilizadora imperial e à repressão do Oriente (Hobson. 2006, p.296-297)²², grifos meus.

145

Na mesma linha de raciocínio, Martín Bernal corrobora que: “[...] em meados do século XIX, na época das guerras do ópio, os chineses começaram a ser racialmente depreciáveis”²³. Portanto, o racismo, do modo em que conhecemos hoje, atingiu sua plenitude no período em que os britânicos transitaram do narcotráfico para a industrialização.

Em uma citação que retoma boa parte da discussão entabulada até aqui, Bernal resume o assunto afirmando que:

22. [...] fue paradójicamente en la época del progreso y de la Ilustración cuando apareció definitivamente el racismo implícito. Pero como también señala Thierry Rentsch, considerar la Ilustración una época en la que los pensadores empezaron a construir abiertamente una cosmovisión marcada por el racismo implícito es demasiado simplista. Ante todo fue un proceso subconsciente. Por otra parte, la Ilustración fue “esquizofrénica”. Pues su mayor paradoja fue que, si bien tomo prestadas y asimilo ideas orientales (principalmente chinas), [...], esas mismas ideas fueron elaboradas para formar un corpus de conocimientos que imaginaba a Oriente como un mundo incivilizado y que, a su vez, daría lugar a la misión civilizadora imperial y a la represión de Oriente (HOBSON. 2006, p.296-297).

23. “[...] a mediados del siglo XIX, en la época de las guerras del opio, los chinos habían pasado a ser racialmente despreciables. Bernal. *Atenea negra*, p.228.

[...] O triunfo absoluto do racismo, o ‘progresso’, e a volta romântica à Europa e ao cristianismo se produziu quando os fabricantes europeus começaram a substituir os objetos suntuários chineses tais como, por exemplo, moveis, porcelana ou seda, por seus próprios produtos. O que a Europa obteve desta troca não foi somente proveito do tipo meramente cultural. Quando Grã Bretanha começou a penetrar o mercado chinês com os algodões Lancashire e o ópio da Índia, o equilíbrio da balança comercial foi em detrimento à China, e o avanço da Europa no terreno comercial foi seguido rapidamente por novas iniciativas militares. Desde 1839, quando os britânicos declararam guerra a China para defender seu tráfico de ópio ameaçado pelo decreto de proibição do mesmo publicado pelas autoridades daquele país, até finais do século, Inglaterra, França e as demais ‘potências’ se dedicaram a atacar sucessivamente a China com o objeto de obter novas concessões, cada vez mais importantes. As forças que originaram a mudança da imagem que o Ocidente tinha da China foram a necessidade de justificar a exploração e as ações do tipo mencionado, o cataclisma social realmente sofrido pelo país – como consequência em boa parte da pressão europeia –, e também o racismo generalizado e a ‘volta à Europa’. De modelo de civilização racional, China passou a ser considerada um país miserável no qual a tortura e a corrupção da pior espécie estavam à ordem do dia. Fazendo alarde de uma ironia obscena, os ingleses culpavam a China especialmente de consumir ópio. Na década de 1850, Tocqueville não entendia de maneira nenhuma que os fisiocratas do século XVIII pudessem sentir admiração pela China (Bernal. 1993, p.227)²⁴.

24. [...] El triunfo absoluto del racismo, el “progreso”, y la “vuelta” romántica a Europa y al cristianismo se produjo cuando los fabricantes europeos comenzaron a sustituir los objetos suntuarios chinos tales como, por ejemplo, muebles, porcelana o seda, por sus propios productos. Lo que Europa obtuvo de este cambio no fue tan sólo provecho de tipo meramente cultural. Cuando Gran Bretaña comenzó a penetrar el mercado chino con los algodones Lancashire y el opio de la India, el equilibrio de la balanza comercial fue en detrimento a China, y el avance de Europa en el terreno comercial fue seguido rápidamente por nuevas iniciativas militares. Desde 1839, cuando los británicos declararon guerra a China para defender su tráfico de opio amenazado por el decreto de prohibición del mismo publicado por las autoridades de aquel país, hasta finales de siglo, Inglaterra, Francia y las demás “potencias” se dedicaron a atacar sucesivamente a China con el objeto de obtener nuevas concesiones, cada vez más importantes. Las fuerzas que originaron el cambio de la imagen que Occidente tenía de China fueron la necesidad de justificar la explotación y *las acciones del tipo mencionado*, el cataclisma social padecido realmente por el país – como consecuencia en buena parte de la presión europea –, y también el racismo generalizado y la “vuelta a Europa”. De modelo de civilización racional, China pasó a ser considerada un país miserable en el que la tortura y la corrupción de la peor especie estaban a la orden del día. Haciendo alarde de una ironía obscena, los ingleses culpaban a China especialmente de consumir opio. En la década de 1850, Tocqueville no entendía de ninguna manera que los fisiócratas del siglo XVIII hubieron podido sentir admiración por China (Bernal. 1993, p.227).

Portanto, o giro na esfera cultural, a autopercepção de superioridade, deu-se efetivamente menos por conta da industrialização ou do aparato material (de guerra), do que pelas distorcidas narrativas inauguradas pelos Românticos alemães. “A volta À Europa” foi promovida à custa de tal articulação ideológica, desembocando no Palácio de Cristal. Em suma, o símbolo o qual legitimou, concretamente, todo um pseudo-paradigma de civilização e progresso.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior indústria britânica – ou melhor dizendo, europeia – foi aquela que atuou nas invenções narrativas. A Europa dominou, efetivamente, o mundo não por localizar-se em um ponto central ou estratégico em termos de território, mas sim por meios abstratos que percorreram em linhas temporais e lógicas classificatórias. Se territorialmente a Europa foi insignificante até meados do século XIX, então a solução (narrativa) não seria outra senão omitir a concretude espacial do mundo. Ocultou-se também o período Medieval (ou a Idade das Trevas) cuja Europa ocupava um lugar periférico ante o mundo Islâmico.

Esse laborioso projeto abstrato que – veiculado pela história – se “universalizou”, é o mesmo que, impulsionado por um entendimento dualista e racista, condena os “corpos” fronteiriços (de sujeitos como eu) ao estigma do atraso e, por conseguinte, à condição de insignificância e nulidade perante o mundo. Como os são, em uma palavra, os sujeitos determinados por um imaginário forjado acerca de espaços como o meu.

Tal modelo de pensamento revestiu-se da verdade universal começando pelo imaginário *sobre* uma China devastada pelo tráfico de droga e estigmatizada pelos próprios narcotraficantes. No entanto, é no espaço mais profundo, e parafraseando Dostoiévski: nas memórias subterrâneas do Palácio de Cristal, que podemos encontrar verdades omitidas pelo tempo da história universal. ■

REFERENCIAS

- ACHUGAR, Hugo. *Planeta sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2008.
- BERNAL, Martin. *Atenea Negra: las raíces afroasiáticas de la civilización clásica*. Barcelona: EDITORIAL CRÍTICA, 1993.
- DUSEL, Enrique. *Filosofía de la liberación*. Bogotá: Nueva América, 1996.
- DUSEL, Enrique. *Política de la liberación: historia y crítica*. Madrid: Editorial Trotta, 2007.
- HERRERA, Yuri. *Trabajos del reino*. España. Editorial Periférica, 2010.
- HOBSON, John. *Los Orígenes Orientales de la Civilización de Occidente*. Barcelona: EDITORIAL CRÍTICA, S.L., 2006.
- MIGNOLO, Walter D. HABITAR LA FRONTERA: sentir y pensar la descolonialidad (antología 1999- 2014). Francisco Carballo y Luis Alfonso Herrera Robles (Prólogo y selección). Editora Fundación CIDOB; Edição: 1 (20 de fevereiro de 2015). 2015.
- NEEDHAM, Joseph. *Dentro de los cuatros mares: el dialogo entre oriente y occidente*. Buenos Aires: Editora siglo XXI, 1975.
- NOLASCO, Edgar César. *Fronteiras platinas em Mato Grosso do Sul (Brasil/Paraguai/Bolívia)*. Edgar César Nolasco (org). Editora Pontes. 2017.
- RINCÓN, Omar. Todos temos um pouco do tráfico dentro de nós: um ensaio sobre o narcotráfico/cultura/novela como modo de entrada para a modernidade. Ano 7 – nº 2 jul./dez. 2013 - São Paulo - Brasil – OMAR Rincón p. 193-219. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/69414/71990>. Acesso em 15/07/2017.
- ROMERO, Luz Mireya Montaña. *Gubernamentalidad y Construcción De Sentidos de ciudadanía y criminalidad en la narcoliteratura*. Tesis Doctoral 2015. Disponível em: https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/bitstream/handle/1794/19721/RomeroMontano_oregon_0171A_11465.pdf?sequence=1. Acesso em 15 de março de 2017.
- SLOTERDIJK, Peter. *Palácio de cristal: para uma teoria filosófica da globalização*. Lisboa: Editora Relógio D'Água, 2008.

148

